# Investigação Defensiva: O poder do advogado de produzir suas próprias provas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 07/07/2026




**O advogado pode investigar por conta própria no processo penal desde que atue dentro dos limites legais e éticos, coletando provas lícitas para fortalecer a defesa e garantir o direito ao contraditório.**

Já parou para pensar se o **advogado pode investigar por conta própria no processo penal**? Essa pergunta tem ganhado espaço, porque o profissional da defesa busca não depender só do que a polícia apresenta. Vamos descobrir juntos o que é possível, os limites e como isso pode fortalecer uma defesa de verdade.

## o que é investigação defensiva no processo penal

A **investigação defensiva** é o conjunto de ações realizadas pelo advogado para anexar provas que possam favorecer a defesa do acusado durante o processo penal. Diferente da investigação policial, que é responsabilidade do Estado, essa prática permite que o advogado atue de forma ativa na busca de elementos essenciais para contestar acusações e garantir um julgamento justo.

## Objetivos principais da investigação defensiva

O objetivo é reunir provas que possam esclarecer fatos, identificar testemunhas e contestar informações apresentadas pela acusação. Essas provas incluem documentos, depoimentos, perícias e outras informações que contribuam para fortalecer a tese da defesa.

## Base legal e relevância

A investigação defensiva encontra respaldo no Código de Processo Penal e na Constituição, que garantem o direito à ampla defesa e ao contraditório. Ela é fundamental para equilibrar o processo, possibilitando que o advogado não dependa somente das provas coletadas pela polícia ou Ministério Público.

## Limitações e cuidados

Apesar de permitida, a investigação defensiva deve respeitar os limites legais, sem práticas ilegais como invasão de privacidade ou obtenção ilícita de provas. O advogado deve atuar com ética para não comprometer o processo e garantir que as provas sejam admissíveis em juízo.

# limites legais para o advogado investigar por conta própria

O **advogado** possui a prerrogativa de realizar investigação defensiva, mas deve agir dentro dos limites legais para garantir a validade das provas e o respeito às normas processuais. Esses limites são fundamentais para não prejudicar o direito à ampla defesa nem violar direitos fundamentais.

## Restrições à investigação defensiva

O advogado não pode praticar atos ilícitos como invasão de domicílio, interceptação telefônica ou obtenção de provas por meios ilegais. A lei impede que provas colhidas contra a legalidade sejam aceitas no processo, o que pode levar até à anulação do julgamento.

## Atuação permitida na coleta de provas

É permitido que o advogado realize diligências para localizar testemunhas, solicitar documentos públicos, entrevistar pessoas e requisitar perícias, desde que respeite as normas legais e éticas. A atuação deve ser transparente e com o consentimento do cliente.

## Proteção dos direitos do investigado

O **advogado** deve sempre assegurar que a investigação não prejudique direitos à intimidade, privacidade e imagem do cliente ou terceiros. O respeito às garantias constitucionais é prioridade para a admissibilidade das provas.

## Consequências do desrespeito aos limites

O uso de provas obtidas de forma irregular pode acarretar nulidade no processo e responsabilização ética e até penal do advogado. Por isso, o conhecimento jurídico e a cautela são indispensáveis durante a investigação defensiva.

# como o advogado pode coletar provas na investigação defensiva




O advogado pode coletar provas na investigação defensiva por meio de diversas formas legais, sempre respeitando as normas vigentes e a ética profissional. Essa atuação é essencial para oferecer uma defesa robusta e justa ao acusado.

## Solicitação de documentos e informações

Uma das formas mais comuns é a solicitação de documentos públicos e privados relacionados ao caso. O advogado pode requerer certidões, relatórios e outros registros que ajudem a esclarecer os fatos.

## Entrevista com testemunhas

O **advogado** pode conversar com testemunhas para obter depoimentos que podem fortalecer a defesa. Essas entrevistas devem ser feitas com respeito e discrição para preservar a veracidade e a confiança.

## Requisição de perícias e exames

Quando necessário, o advogado pode solicitar perícias técnicas e exames especializados para confirmar ou contestar informações apresentadas pela acusação. Essas provas técnicas têm grande peso no processo.

## Observação de local e pesquisa própria

É possível realizar visitas e observações em locais relacionados ao processo para coletar informações importantes. Essa pesquisa pode ajudar a identificar elementos que tenham passado despercebidos pela investigação oficial.

## Uso de tecnologia e análise documental

O advogado também pode utilizar ferramentas de análise documental e tecnológica para verificar contradições ou inconsistências nas provas apresentadas contra o cliente.

# impactos práticos da investigação defensiva na defesa criminal

A **investigação defensiva** traz impactos significativos para a defesa criminal, ampliando as possibilidades de atuação do advogado e fortalecendo a proteção dos direitos do acusado.

## Maior controle sobre o processo

Ao produzir suas próprias provas, o advogado deixa de ser um agente passivo e passa a ter maior controle sobre as informações que serão utilizadas para defender seu cliente.

## Desenvolvimento de uma estratégia sólida

A coleta de provas permite identificar falhas na acusação, inconsistências nos depoimentos e elementos que possam justificar a inocência ou atenuar a responsabilidade do

acusado.

## Redução de surpresas durante o julgamento

Com acesso antecipado a provas relevantes, o advogado está melhor preparado para questionar testemunhas, argumentar com mais segurança e evitar surpresas desagradáveis na audiência.

## Promoção da justiça e do contraditório

Essa prática fortalece o princípio constitucional do contraditório, garantindo que todas as versões dos fatos sejam conhecidas e avaliadas pelo juiz de forma equilibrada.

## Impactos na liberdade e na reparação do acusado

Uma investigação defensiva eficaz pode resultar na libertação do acusado, na absolvição ou na redução da pena, além de possibilitar a reparação de danos causados por acusações indevidas.

# cuidados éticos e jurídicos na produção de provas pelo advogado

Na produção de provas, o advogado deve observar rigorosamente **cuidados éticos e jurídicos** para garantir a validade das evidências e preservar a integridade do processo penal.

## Respeito ao Código de Ética da OAB

O advogado deve seguir as normas estabelecidas pelo Código de Ética da OAB, que proíbem práticas ilícitas ou que possam comprometer a dignidade da profissão. Isso inclui evitar qualquer tipo de fraude, coação ou manipulação durante a investigação.

## Garantia da legalidade das provas

A coleta e apresentação das provas devem respeitar os direitos fundamentais, evitando qualquer meio ilegal como invasão de privacidade, interceptação telefônica não autorizada ou violação de domicílio. Provas obtidas de modo ilícito podem ser anuladas.

## Transparência e boa-fé

O advogado deve agir com transparência e boa-fé, comunicando ao cliente todos os procedimentos adotados e os riscos envolvidos na produção das provas. A cooperação entre advogado e cliente é essencial para garantir os direitos do acusado.

## Limites na atuação investigativa

É fundamental que o advogado conheça seus limites para não ultrapassar a função de defensor e não cometer atos típicos de autoridades policiais ou judiciais. A intervenção deve ser pautada no respeito às leis e à ética.

## Responsabilidade e consequências

O desrespeito aos cuidados éticos e jurídicos pode gerar sanções disciplinares, responsabilidade civil e penal para o advogado. Por isso, a atuação cautelosa evita riscos que possam prejudicar o cliente e a própria carreira profissional.

# Considerações finais sobre a investigação defensiva

A investigação defensiva fortalece a atuação do advogado no processo penal, permitindo maior controle na busca por provas essenciais para a defesa.

Respeitar os limites legais e éticos é fundamental para garantir a validade das provas e a integridade do processo.

Com cuidado e preparo, o advogado pode usar essa investigação para proteger os direitos do acusado e promover um julgamento justo e equilibrado.

# FAQ – Perguntas frequentes sobre investigação defensiva no processo penal

## O advogado pode investigar por conta própria no processo penal?

Sim, o advogado pode realizar investigação defensiva para coletar provas que beneficiem a defesa, respeitando os limites legais e éticos.

## Quais são os limites legais para a investigação defensiva?

O advogado não pode praticar atos ilícitos, como invasão de domicílio ou interceptação ilegal, e deve atuar sempre dentro da legalidade e ética profissional.

## Que tipo de provas o advogado pode coletar?

Documentos públicos e privados, depoimentos de testemunhas, perícias técnicas e até observações em locais relacionados ao caso são formas permitidas de coleta de provas.

## Como a investigação defensiva pode impactar a defesa criminal?

Ela fortalece a estratégia de defesa, prepara melhor o advogado para o julgamento, possibilita contestar provas da acusação e promove um processo mais justo.

## Quais cuidados éticos o advogado deve ter na produção de provas?

O advogado deve agir com boa-fé, respeitar o Código de Ética da OAB, garantir a legalidade das provas e evitar práticas ilegais ou que comprometam a dignidade da profissão.

## Quais riscos o advogado corre se não respeitar os limites legais na investigação?

Pode sofrer sanções disciplinares, responsabilidade civil e penal, além de ocasionar nulidade processual que prejudica o cliente e sua carreira profissional.

Fale com um especialista